

Antropólogos querem o "apartheid" dos índios

Há interesses contra a integração defendida pelo Governo com base na lei

GIVALDO BARBOSA



Alguns grupos querem isolar os índios para se aproveitar das riquezas de suas terras

Isolar os índios da Amazônia de qualquer contato com a Nação brasileira, numa espécie de política de "apartheid" que transforma suas terras em santuários — com o pretexto de defender essas grandes áreas e "proteger" seus usos e costumes — é atitude que vem sendo adotada por vários dos 23 ex-funcionários recentemente demitidos da Funai, que se opõem à atual política do Governo, baseada no cumprimento do Estatuto do Índio, que prevê a defesa da cultura indígena mas com sua progressiva integração à cultura nacional.

Enquanto o Ministro do Interior e a nova administração da Funai demonstram interesse e empenho em fazer simplesmente a aplicação da lei, quatro dos 23 demitidos percorreram a Câmara dos Deputados com pesadas e injustas acusações contra o novo presidente do órgão, sertanista Alvaro Villas-Boas, numa tentativa de confundir os parlamentares sobre o que está acontecendo com os índios e com suas terras na Amazônia.

Na verdade, segundo levantamento da reportagem do CORREIO BRAZILIENSE, não há qualquer portaria, ato ou atitude do ministro Ronaldo Costa Couto ou da nova direção da Funai que esteja prejudicando os direitos indígenas assegurados em lei. Segundo se verifica, dos dados levantados existe, ao contrário, determinação do ministro, do presidente e do superintendente da Funai, Apoena Meireles, de recolocar a política indigenista nos seus devidos termos.

Tanto Villas-Boas quanto Apoena Meireles são pessoas experimentadas no trato das questões indígenas, com vivência direta no habitat dos índios, respeitados no Brasil e no exterior. A nova política da Funai é justamente impedir erros e distorções do passado, inclusive evitar que se crie no Brasil um "apartheid" indígena, a exemplo da tristemente famosa segregação racial que se pratica na África do Sul e que o próprio Governo brasileiro condena nos fóruns internacionais.

A política do Minter e da Funai — que na verdade não é nova, pois pretende cumprir o Estatuto do Índio, aprovado em 1973 — é favorável à proteção do índio brasileiro e de suas terras e sua cultura, mas sem transformar as reservas em "jardins zoológicos", como defendem alguns antropólogos da Funai e de outras entidades, já apelidados pelos sertanistas experimentados de "antropólogos do asfalto" e de "ecologistas de beirade-prata". Um dos exemplos de apoio do Minter à Funai foi o recente reforço de Cr\$ 15 bilhões de verbas extraordinárias, pois o or-

GIVALDO BARBOSA

çamento da entidade para 1985 já esgotou seus recursos. Isto prova que o Governo está atento às questões da Funai e dos índios.

Por outro lado, os dados levantados permitem acreditar na existência de interesses econômicos estrangeiros na manutenção de grandes reservas indígenas ricas em minérios, segundo o mapeamento realizado pelo Projeto Radam e as pesquisas geológicas na Amazônia. Por coincidência ou não, quase toda a fronteira internacional do Brasil, desde a divisa Mato Grosso/Bolívia até Amapá/Guiana Francesa está repleta de grandes áreas indígenas, que aqueles antropólogos "de asfalto" pretendem que sejam invioláveis pelos brasileiros.

Entretanto, essas reservas são abertas pelo outro lado da fronteira, com acesso relativamente livre pela Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Como as terras são muito ricas em ouro, diamantes e estanho — além de numerosos outros minerais — fica a suspeita, comprovada por alguns fatos, de que se está fazendo enorme contrabando de minerais brasileiros, situados em terras de índios brasileiros.

A mais recente das muitas denúncias sobre o assunto chegou há alguns dias ao gabinete do deputado João Batista Fagundes, de Roraima. A carta é escrita por um índio, datada de Boa Vista, 26 de agosto de 1985, e tem o seguinte teor, na íntegra:

"Deputado: Venho por meio dessas linhas fazer ciência de alguns fatos de meu conhecimento. Temos uma área descoberta com muito ouro e diamante na região do Parima. Esta área tem capacidade para muitos garimpeiros trabalharem e é conhecida pela Funai. Certo que essa área fica entre o Brasil e a Venezuela e não tem nenhuma vitória brasileira e tão pouco venezuelana, donde está saindo produtos mine-

rais para a Venezuela. "Recentemente tive informação de um funcionário que trabalha no posto da Funai nesta região que os índios compraram dois motores de popa, um de 20 HP e o outro de 40 e foi pago com ouro e diamante, para os venezuelanos.

"Essa área não foi liberada para tal exploração, mas a mesma possui duas pista de pouso e está sendo explorada por garimpeiros, prova disso, eu trabalhei lá.

"Na cabeceira do rio J-PU, onde se encontra a tribo Wai-Wai, encontrei um indivíduo disfarçado de missionário trabalhando com os índios na exploração de minério (ouro) e quando chegamos lá ele mandou embora alegando que é área indígena".

Essa carta de um índio garimpeiro de Roraima é uma das muitas denúncias que chegam semanalmente a parlamentares e à própria Funai, contendo revelações de contrabando de pedras preciosas e de outros minerais, geralmente sob o disfarce de missões religiosas trazidas por estrangeiros ao Brasil. Venezuela e outros países que têm minérios e índios na região Amazônica.

Essas denúncias não são novas e nem muito diferentes entre si. A novidade que está ocorrendo agora é que o Ministério do Interior e a nova administração da Funai demonstram desejo de corrigir os erros do passado, aplicar o Estatuto do Índio e não permitir "santuários", "apartheid" ou até o florescimento de uma doutrina absurda, defendida por muitos antropólogos e até sacerdotes, segundo a qual existe uma "nação indígena" que não faz parte nem do Brasil e nem de qualquer outro país sul-americano.

Há diversos "antropólogos de asfalto" que defendem a tese de que os índios Yanomani, por exemplo, são uma "nação Yanomani" à parte, cujo território seria desmembrado do

Brasil e da Venezuela para formar a nova "nação". Roraima, como se sabe, é um Território Federal de 23 milhões de hectares, dos quais 10 milhões de hectares, quase a metade, são interditados pela Funai. A esses se somam outros 3,3 milhões de hectares reivindicados para reservas ecológicas.

Dos restantes 10 milhões de hectares de Roraima que permanecem desinterditados, 2 milhões são inundáveis no baixo Rio Branco, 1 milhão 200 mil estão isolados entre as reservas indígenas, 400 mil são montanhas e maciços rochosos, sobrando 6 milhões de hectares (25 por cento do Território) realmente disponíveis.

Tanto no Governo quanto na Comissão do Índio da Câmara dos Deputados cresce a convicção — à luz de dados mais recentes — de que está havendo exagero e exploração em torno do tema dos índios e de suas terras. Os "antropólogos de asfalto" conseguiram fazer a opinião pública esquecer que o Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 19/12/73) afirma taxativamente no seu artigo primeiro:

"Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunidade nacional".

Esse objetivo integracionista, entretanto, é permanentemente sabotado por pessoas ou entidades mal intencionadas, ou ainda por funcionários da própria Funai, que se beneficiam dos índios das reservas como uma espécie de mão-de-obra escrava. Em administrações passadas da Funai — não em todas — chegaram a ocorrer casos comprovados de que pessoas da entidade, por iniciativa própria ou não, mantinham os índios completamente isolados, proibindo qualquer assistência dentro das reservas, não fornecendo gêneros alimentícios, remédios, instrumentos ou até roupas aos índios que já usam vestuário. Chegaram até a fechar escolas construídas por solicitação dos próprios índios que queriam se alfabetizar para se integrarem na cultura nacional.

Esses funcionários — e seus mentores intelectuais do asfalto — demonstraram querer o índio segregado, ignorante, legalmente incapaz e mantido num regime de "apartheid" dentro das reservas, cujo acesso querem proibido. Tudo isso, provavelmente, para que os índios sirvam de "apólices de seguro" para o contrabando de ouro e diamantes para o exterior e para que permaneçam inexploradas as imensas riquezas da maior província mineral do planeta Terra.

ADAUTO CRUZ



Ronaldo Costa Couto

ARQUIVO



Apoena Meireles



Um dos raros rituais indígenas que ainda não sofreram influências do homem branco